

## **PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS NO CONTEXTO DO ENSINO FUNDAMENTAL: O PAPEL DA ASSEMBLEIA ESCOLAR**

*Viviane Cristina Medeiros*

### **Resumo**

Este trabalho apresenta um estudo teórico sobre a questão das práticas democráticas na escola, no contexto do Ensino Fundamental, que destaca o papel das assembleias escolares. O objetivo é analisar a importância da assembleia escolar na construção de práticas democráticas nas escolas, de tal modo a contribuir com o campo dos estudos atuais sobre educação democrática. Para o desenvolvimento metodológico da pesquisa utilizou-se uma investigação bibliográfica, pela qual se elaborou uma leitura teórica de síntese sobre o tema em questão. Na primeira parte do texto, como parte da fundamentação teórica, é analisado o conceito *educação democrática*, com base em Apple e Beane (1997), Freire (1992, 1996, 2014), Araújo (2004, 2012), Singer (2010) e Puig et al (2000). Em seguida, explora-se a importância das assembleias escolares enquanto possibilidade de prática democrática na escola, sob a perspectiva de Araújo (2002, 2004, 2008, 2015) e Puig et al (2000). Na parte final deste trabalho, na exposição dos resultados, destaca-se o papel das assembleias escolares como uma prática democrática pela qual os alunos aprendem a compartilhar experiências e elaborar decisões coletivas. Outra função das assembleias reside em como ela atua na (re) construção da identidade e da autonomia dos alunos.

**Palavras-chave:** Educação democrática. Ensino Fundamental. Assembleia escolar.

### **Introdução**

A escola do século XXI, inserida em uma sociedade marcada por transformações sociais, científicas e tecnológicas, demanda mudanças, ou seja, diferentes modos de se fazer educação. Nesse sentido, podemos afirmar que é necessário trilhar caminhos novos, a assim, buscar a reinvenção da escola. De acordo com o estudo teórico realizado, esse processo demanda ultrapassar algumas práticas enraizadas pela concepção de educação tradicional, ou seja, implica em rupturas e superação de contradições existentes entre discurso e prática escolar.

A construção de uma *educação democrática* exige práticas que promovam o diálogo, a escuta, a participação, a autonomia, o protagonismo do aluno, a troca de experiências, o compartilhamento de decisões, enfim, práticas que superem as

relações hierárquicas, centralizadoras e autoritárias ainda presentes em muitas escolas atualmente. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a importância da assembleia escolar na construção de práticas democráticas nas escolas, de tal modo a contribuir com o campo dos estudos atuais sobre *educação democrática*.

A metodologia usada na elaboração deste trabalho foi uma investigação bibliográfica sobre *educação democrática* proposta pelos autores (APPLE e BEANE, 1997; ARAÚJO, 2004, 2012; SINGER, 2010; FREIRE, 1992, 1996, 2014; PUIG et al, 2000) e também em pesquisas realizadas no contexto do Ensino Fundamental (MEDEIROS, 2009; OLIVEIRA, 2012); sobre as assembleias escolares buscamos embasamento teórico nos autores (ARAÚJO, 2002, 2004, 2008, 2015; PUIG et al, 2000). Em seguida, após uma leitura crítica das obras selecionadas foi elaborada uma síntese do conhecimento sobre o objeto de pesquisa em questão.

Neste trabalho, inicialmente, será abordado o conceito de *educação democrática*. Em seguida, evidenciamos a importância das assembleias escolares enquanto uma possibilidade de prática democrática na escola no contexto do Ensino Fundamental. Na parte final, apresentamos a exposição dos resultados de pesquisa.

## **O Conceito de *Educação Democrática***

A relação entre educação e democracia na escola ainda é muito distante. Segundo Apple e Beane (1997, p. 35), há um “fosso entre valores democráticos e as práticas escolares”. Nesse sentido, podemos afirmar que há uma distância entre o discurso e as ações que acontecem no cotidiano da escola. Os autores fazem a seguinte crítica em relação a esta contradição presente em muitas instituições escolares:

[...] apesar da retórica de democracia em nossa sociedade e da ideia comum de que o modo de vida democrático é aprendido com experiências democráticas, às escolas têm sido instituições notavelmente antidemocráticas. Embora a democracia enfatize a cooperação entre as pessoas, um número imenso delas alimentou a competição, - por notas, por *status*, por recursos, por programas, etc. (APPLE; BEANE, 1997, p. 24).

Diminuir essa distância é um grande desafio contemporâneo. Apple e Beane (1997) também destacam que a *educação democrática* na escola não é algo dado, é construída nas contradições do cotidiano, e permeada por valores de justiça e igualdade para todos, num processo que envolve luta. Os que estão comprometidos com essa concepção de educação

veem-se muitas vezes numa posição de conflito com as tradições dominantes da escola (APPLE; BEANE, 1997, p. 24). Nesse sentido, a *educação democrática* envolve um processo de rupturas com práticas tradicionais enraizadas no cotidiano escolar.

De acordo com Apple e Beane (1997, p. 20), a *educação democrática* apresenta diferentes modos dos educadores em colocarem em prática, acordos e oportunidades, seguindo duas linhas de trabalho: a criação de estruturas e processos pedagógicos e também a criação de um currículo que possibilite experiências democráticas aos alunos. A educação comprometida com princípios democráticos deve valorizar a cooperação e a solidariedade, e assim, proporcionar aos alunos a aprendizagem de princípios coerentes com o modo de vida democrático, em situações concretas do cotidiano.

Nessa busca pela superação da contradição entre discurso democrático e prática antidemocrática, uma condição necessária é desenvolver a autonomia do aluno, e para isso, é necessário que a escola possibilite condições para esta aprendizagem. Em relação à construção da autonomia, é possível destacar, segundo Freire (1996, p. 106):

Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas. [...] ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. [...] A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser [...] é nesse sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade.

A escola deve possibilitar a aprendizagem de práticas democráticas para os alunos em situações cotidianas e, nesse sentido, Freire (2014, p. 67-68) faz o seguinte apontamento:

As crianças precisam crescer no exercício desta capacidade de pensar, de indagar-se e indagar, de duvidar, de experimentar hipóteses de ação, de programar e não apenas seguir os programas a elas, mais do que propostos, impostos. As crianças precisam de ter assegurado o direito de aprender a decidir, o que se faz decidindo.

Puig et al (2000), no seu livro *Democracia e participação escolar*, destaca que a relação entre escola e democracia envolve muitas questões controversas, e, portanto, não seria adequado usar o termo democracia para caracterizar certas instituições sociais, entre elas: a escola, família e hospital. O autor destaca que as relações nessas instituições não são simétricas, pois não há intenção de que a participação seja igualitária (PUIG et al, 2000, p. 25-26). Nesse sentido, há uma desigualdade inerente aos papéis desempenhados por cada sujeito, por exemplo, na escola, professores e alunos encontra-se em posições diferenciadas, o que implica em uma relação verticalizada, e assim, incoerente com princípios democráticos.

Em contrapartida, Puig et al (2000) aponta a possibilidade da relação educação e democracia na escola, na medida em que houver uma mudança na distribuição dessa relação, “serão democráticas quando conseguirem um bom equilíbrio no jogo da assimetria funcional e da simetria democrática” (PUIG et al, 2000, p. 26). Nesse sentido, o autor destaca que:

Os critérios e as normas que regulam a organização de uma sociedade democrática não podem imitar-se mimeticamente numa escola. [...] o alunado e o professorado não tem as mesmas responsabilidades nem estão em igualdade de condições quanto a conhecimentos e experiência, mas podem conversar de igual para igual, podem respeitar e entender um ao outro e podem, finalmente, participar na organização e na realização de todo tipo de iniciativas. (PUIG et al, 2000, p. 23).

A construção de uma *educação democrática* é um processo complexo, o qual demanda superar práticas tradicionais presentes na escola que propiciam relações antidemocráticas, e que muitas vezes, acaba transmitindo preconceitos e construindo um ambiente de competitividade, agressividade e discriminatório (PUIG et al, 2000, p. 23). Dessa maneira, princípios contrários a uma educação democrática. O autor destaca a importância da escola em proporcionar vivências democráticas no cotidiano escolar, ao afirmar que:

[...] a participação democrática permite uma gama de experiências básicas aos estudantes para a sua educação moral. Enfrentar os problemas que, inevitavelmente, se apresentam na vida coletiva, sem refutá-los ou solucioná-los mecanicamente, mas conversando com justiça e solidariedade, são vivências que deveríamos proporcionar aos nossos alunos e alunas. (PUIG et al, 2000, p. 24)

A construção de relações entre alunos e professores, pautadas no diálogo, contribui para a aprendizagem de princípios democráticos na escola. Nesse sentido, de acordo com Freire (1992, p. 60):

O diálogo entre professoras ou professores e alunos ou alunas não os torna iguais, mas marca a posição democrática entre eles ou elas. Os professores não são iguais aos alunos por n razões entre elas porque a diferença entre eles os faz ser como estão sendo. Se fossem iguais, um se converteria no outro. O diálogo tem significação precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam a sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro.

Araújo (2004) evidencia um conceito para compreender a democracia, sendo este a *equidade*, a qual reconhece dentro da igualdade o princípio da diferença. Segundo o autor, pensar a democracia partindo do ideal de igualdade, pode destruir a liberdade, ao desconsiderar as diferenças (ARAÚJO, 2004, p. 12). Nessa perspectiva, é preciso reconhecer o princípio da *equidade* na construção de uma *educação democrática*. Dessa maneira, “parte-se, em primeiro lugar, da assimetria dos papéis de estudantes e docentes, entendendo sua

diferenciação natural a partir do princípio da equidade” (ARAÚJO, 2004, p. 13). Nesse sentido, ao abordar o conceito de democracia é preciso primeiramente reconhecer a igualdade e a *equidade*, enquanto relação intrínseca.

Para a compreensão de uma *educação democrática*, segundo Araújo (2004), outro importante princípio o qual prevalece à igualdade de direitos, ou seja, a *cidadania*. Apresenta essa condição enquanto elemento essencial para o exercício social da democracia. Segundo Araújo (2012, p. 85):

[...] a educação democrática para a cidadania deve promover o desenvolvimento das competências necessárias para a participação efetiva das pessoas na vida pública e política, tendo como objetivo a construção de personalidades morais que busquem de forma consciente e virtuosa a felicidade e o Bem, pessoal e coletivo. Para isso, dentre inúmeras outras coisas, a educação deve visar o desenvolvimento de competências para lidar com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura e com os sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo e com o mundo à sua volta.

Contudo, o autor destaca que além da formação para a cidadania, que possibilita a vida pública e política na sociedade, é preciso também desenvolver outras necessidades sociais, entre elas “as condições físicas, psíquicas, cognitivas, ideológicas e culturais indispensável para uma vida saudável” (ARAÚJO, 2004, p. 37). Nesse sentido, o autor reforça a formação integral do sujeito, envolvendo as mais diversas necessidades humanas.

Singer (2010) destaca a existência de algumas experiências inovadoras ao redor do mundo de escolas que buscam romper com modelos tradicionais de educação, as quais podem ser denominadas “educação democrática” (SINGER, 2010, p. 15). De acordo com a autora, essas instituições escolares apresentam duas características comuns:

[...] gestão participativa, com processos decisórios que incluem estudantes, educadores e funcionários, e organização pedagógica como centro de estudos, em que os estudantes definem suas trajetórias de aprendizagem, sem currículos compulsórios. (SINGER, 2010, p.15).

A *educação democrática* deve propiciar diferentes experiências a todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a busca em superar modelos tradicionais que priorizam determinadas capacidades em detrimentos de outras. De acordo com a pesquisa realizada por Medeiros (2009), no contexto do Ensino Fundamental, em três escolas da rede pública municipal de Porto Alegre, sobre os sentidos da democracia na escola, os alunos entrevistados demonstraram “anseio de participar mais, de ter seus interesses,

desejos e necessidades levados em conta” (MEDEIROS, 2009, p. 190). A pesquisadora destaca, em relação à *educação democrática*:

[...] ter a democracia como conteúdo e fundamento da vida coletiva no seu interior, bem como em formar crianças e jovens para a vida democrática na sociedade mais ampla. Como face da mesma moeda ou nuances desse mesmo “conteúdo”, a educação para a política e cidadania não é algo que se produz naturalmente, mas deve compor intencionalmente os processos de ensino-aprendizagem. (MEDEIROS, 2009, p. 57).

Oliveira (2012, p. 8) desenvolve sua pesquisa no contexto do Ensino Fundamental, em duas escolas na cidade de São Paulo, que promovem práticas democráticas. De acordo com a autora, nas escolas pesquisadas, é possível perceber esforços em colocar em prática princípios democráticos, pois:

[...] os valores apresentados em seus projetos: autonomia, solidariedade, democracia, liberdade com responsabilidade e diversidade não são palavras vagas, sem nenhuma correspondência com a prática cotidiana. São eixos norteadores de uma construção imperfeita, posto que humana, mas, minimamente, corajosa. (OLIVEIRA, 2012, p.128-129).

De acordo com as considerações acima, podemos destacar que a construção de uma *educação democrática* implica em romper com práticas fundamentadas em uma concepção de educação tradicional. Nessa perspectiva, devem promover o protagonismo dos alunos, e assim, a construção de práticas que possibilitem aprendizagem de cooperação, solidariedade, autonomia, diálogo e da escuta. Conforme foi abordado anteriormente, a *educação democrática* envolve rupturas e conflitos, e, portanto, não pode simplesmente ser concedida. É um processo que envolve superar as contradições existentes entre discursos e práticas. A escola deve propiciar aos alunos experiências democráticas nas relações concretas do cotidiano, ou seja, os valores devem ser praticados, e assim, essa aprendizagem influenciará na educação moral dos alunos. Desse modo, destacamos a assembleia escolar enquanto possibilidade de prática democrática na escola.

### **O papel da Assembleia escolar na construção de práticas democráticas no contexto do Ensino Fundamental**

A escola comprometida com a construção de uma *educação democrática* precisa propiciar um clima para essa aprendizagem, o qual seja possível vivenciar experiências

democráticas nas diversas interações do cotidiano escolar. Nessa perspectiva, a escola é um ambiente privilegiado para essa aprendizagem, pois devido à obrigatoriedade da escolarização básica, diferentes pessoas convivem durante grande parte do dia (ARAÚJO, 2008, p. 120). O autor destaca em relação a essa vivência democrática que:

Ao invés de tentar homogeneizá-las e eliminar as diferenças e os conflitos, podemos usar a instituição escolar para promover o desenvolvimento das capacidades dialógicas e os valores de não-violência, respeito, justiça, democracia, solidariedade e muitos outros. Mais importante ainda, não de forma teórica e sim na prática cotidiana a partir dos conflitos diários. (ARAÚJO, 2008, p. 120).

As assembleias escolares são momentos de possibilidades para discussões e compartilhamento de decisões cotidianas, que implica na construção da convivência na escola. Nesse sentido, “propiciam momentos de diálogo, negociação e encaminhamento de soluções dos conflitos cotidianos” (ARAÚJO, 2015, p. 25). Portanto, um espaço que possibilita vivenciar práticas democráticas, promovendo a participação e o diálogo e respeitando as diferenças. Em relação ao objetivo das assembleias o autor destaca que “nem sempre o objetivo é de obter o consenso e acordo, e sim o de explicitar as diferenças, defender posturas e ideias muitas vezes opostas e, mesmo assim, levar as pessoas a conviver num mesmo espaço coletivo” (ARAÚJO, 2004, p. 24).

Nesse sentido, a assembleia escolar, enquanto prática democrática busca a promoção do diálogo entre os alunos e professores, e assim, a compreensão mútua, criando um clima de pertencimento à escola. Esse ambiente favorece a aprendizagem de valores de cooperação e solidariedade, portanto, um espaço que propicia a troca de experiências entre os alunos e professores, e assim a superação de relações verticalizadas.

De acordo com Araújo (2015), as assembleias podem ser classificadas em: assembleia de classe, de escola, de docentes e fóruns escolares. As assembleias de classe “tratam de temáticas que envolvam o espaço específico de cada de aula. Delas participam um docente e todos os alunos de uma turma” (ARAÚJO, 2015 p. 34). A assembleia da escola envolve os representantes dos professores, alunos e a equipe diretiva, a responsabilidade é “regulamentar as relações interpessoais e a convivência no âmbito dos espaços coletivos” (p. 35). As assembleias docentes têm como objetivo temas relacionados à convivência entre professores e equipe diretiva, “com o projeto político pedagógico da instituição e com conteúdos que envolvam a vida funcional e administrativa da escola” (p. 35). Os fóruns escolares possibilitam a participação mais ampla, envolvendo os representantes de

professores, alunos, famílias, comerciantes da proximidade da escola, líderes comunitários e funcionários (ARAÚJO, 2015, p. 36).

A organização das assembleias escolares possibilita a participação em diferentes perspectivas, envolvendo o que Araújo (2015) define enquanto *processo de retroalimentação*. As organizações das assembleias escolares apresentadas acima permitem que, tanto professores quanto alunos, possam vivenciar “experiências em diferentes papéis em assembleias” (ARAÚJO, 2015, p. 37). Uma escola que promova encontros para conhecer o outro, momentos para compartilhar experiências e decisões coletivamente, propicia um ambiente para a aprendizagem moral.

Em relação à formação moral, Araújo (2015) ressalta a contribuição das assembleias para “o desenvolvimento das capacidades psicossociais essenciais ao processo de construção de valores e atitudes éticas” (p. 25). Em relação à prática das assembleias enquanto experiência democrática, o autor faz o seguinte apontamento:

O modelo das assembleias é o da democracia participativa que tenta trazer para o espaço coletivo a reflexão sobre os fatos cotidianos, incentivando o protagonismo das pessoas e a co-participação do grupo na busca de encaminhamentos para os temas abordados, respeitando e naturalizando as diferenças inerentes aos valores, crenças e desejos de todos os membros que dela participam. (ARAÚJO, 2008, p. 119).

Em relação ao papel das assembleias na formação moral dos alunos, Tognetta e Vinha (2007, p. 60) destacam que “as assembleias traduzem-se como possibilidade de evolução moral dos sujeitos que delas participam. E é justamente esse o grande objetivo da escola: formar sujeitos autônomos”. De acordo com as autoras, essas práticas possibilitam a construção de um ambiente o qual os alunos possam:

[...] construir seus valores morais pelo respeito mútuo, a praticar a justiça como um exercício constante e a tomar decisões e assumir responsabilidades pode promover uma autodisciplina que o tornará capaz de regular o seu próprio comportamento, não se limitando a simplesmente obedecer a ordens exteriores à sua consciência. (TOGNETTA; VINHA, 2007, p. 133).

Puig et al (2000) caracteriza a assembleia escolar enquanto espaço o qual é possível desenvolver certas capacidades psicomorais, entre elas, a empatia, expressar e defender opiniões, escutar, respeitar opiniões diferentes. Em relação à aprendizagem de atitudes, a participação e colaboração com o coletivo, essa prática também envolve aprendizagem de valores, entre os quais o autor destaca: “solidariedade, igualdade, respeito às diferenças, amizade, confiança ou responsabilidade” (PUIG et al, 2000, p. 120).

Em relação à participação nas assembleias por meio dos diálogos, o autor destaca que “enriquece a compreensão mútua e a elaboração de formas de convivência e o compromisso por realizar aquilo que foi acordado” (PUIG, 2000, p. 63). Nesse sentido, as assembleias proporcionam a construção de um ambiente o qual os alunos podem expressar-se e serem ouvidos, e assim, respeitados em sua singularidade. Portanto, um espaço acolhedor e seguro, o que promove o respeito à diversidade, conhecer e compreender o outro, desenvolver empatia, e assim fortalecendo o tecido social na escola.

No contexto do Ensino Fundamental, essa prática é muito importante, pois desenvolve a aprendizagem de princípios democráticos nessa etapa da escolarização. De acordo com pesquisas realizadas por Araújo (2002) entre os anos 1999 e 2000, em escolas da rede pública municipal do estado de São Paulo, destaca que os alunos e professores apresentaram, de maneira geral, opiniões positivas sobre a importância das assembleias enquanto possibilidade de novos modos de relação e resolução de conflitos na escola (ARAÚJO, 2015, p. 89). De acordo com Araújo (2004), as assembleias escolares são práticas relevantes que influenciam a vida individual e coletiva dos sujeitos na escola, e assim, exercendo influência nos seguintes aspectos:

[...] a democracia escolar e social; o protagonismo e a participação social; os valores morais e éticos; o entendimento sobre como estratégias de resolução de conflitos podem contribuir para a formação ética e psíquica das pessoas, bem como para a transformação das relações interpessoais no âmbito escolar. (ARAÚJO, 2004, P. 22).

As assembleias escolares possibilitam a participação coletiva, portanto, o envolvimento dos alunos nos processos decisórios da escola, e assim, influenciam na formação desses sujeitos. Nesse sentido, propiciam práticas diferentes, as quais buscam romper com relações autoritárias. E assim, a construção de um ambiente seguro e acolhedor, que respeita as diferenças, ou seja, promova a inclusão. Essas práticas influenciam no processo de (re) construção da identidade dos alunos ao propiciar uma educação moral, pautada em princípios democráticos. Sendo assim, podemos também afirmar que as assembleias escolares, enquanto práticas democráticas possibilitam melhorar as condições de aprendizagem e convivência na escola.

## **Considerações Finais**

A partir do estudo teórico apresentado acima, podemos destacar alguns papéis das assembleias escolares, enquanto possibilidade de prática democrática na escola. Entre eles, é possível evidenciar a importância na construção de um ambiente que promova o compartilhamento de experiências e elaboração de decisões coletivas e, também, como atua na (re) construção da identidade e da autonomia dos alunos. Verificamos ainda que as assembleias escolares teriam um papel na construção de melhores condições de aprendizagem e de convivência na escola.

O espaço de diálogo e escuta das assembleias escolares propicia momentos de discussão e resolução de conflitos, de busca de alternativas e para aprender a respeitar opiniões diferentes. As assembleias também teriam um papel de ajudar a melhorar o ambiente para a aprendizagem de princípios democráticos. Essas práticas oferecem um contexto de aprendizagem e socialização onde os alunos sentem-se seguros para expressar suas opiniões, discordar e compartilhar decisões. As assembleias também constituem um ambiente que apresenta características inclusivas, pois respeita a diversidade presente na escola.

A pesquisa realizada também verificou o papel das assembleias escolares na (re) construção da identidade dos alunos. No contexto das assembleias o aluno constrói e reconstrói sua identidade no contato com seus pares, de modo positivo, com base em certos valores, tais como a cooperação e a solidariedade. Além disso, o aluno desfruta de um ambiente de respeito à diversidade, o que possibilita melhorar sua autoestima no contato com o outro.

As assembleias teriam também um papel no desenvolvimento da autonomia dos alunos. Uma educação democrática promove experiências de participação e decisão coletiva e respeito à diversidade, enfim, condições para desenvolver o protagonismo do aluno. O ambiente das assembleias possibilitam momentos de diálogo, essencial para a tomada de decisões, e um fundamento da convivência democrática na escola. O tipo de convivência proporcionado pelas assembleias promove a formação moral dos sujeitos, fundamentada em princípios democráticos.

O trabalho apresentou um estudo teórico, por meio de uma investigação bibliográfica que revisou os papéis possíveis das assembleias enquanto prática democrática na escola. Podemos destacar a importância dessas práticas na aprendizagem de princípios democráticos, exigindo a participação e o compartilhamento das decisões em relações de diálogo, escuta e respeito, e assim, construindo modos de convivência mais democráticos. Essas práticas também contribuem para a (re) construção das identidades dos alunos e no desenvolvimento da autonomia, pois o contato com o outro, nesse ambiente democrático influencia na

formação moral dos alunos. Dessa maneira, um dos grandes desafios contemporâneos da escola é a construção de uma *educação democrática*, que promova práticas as quais englobem as mais diversas interações cotidianas e que melhorem as condições de convivência e aprendizagem nas escolas.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael; BEANE, James. **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.

ARAÚJO, Ulisses F. **A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências**. São Paulo: Moderna, 2002.

ARAÚJO, Ulisses F. **Assembleia escolar: um caminho para a resolução de conflitos**. São Paulo: Moderna, 2004.

ARAÚJO, Ulisses F. **Autogestão na sala de aula: as assembleias escolares**. São Paulo: Summus, 2015.

ARAÚJO, Ulisses F. O processo de construção de escolas democráticas. **Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 1, nº 1, p. 78-86, Ago./ Dez. 2012.

ARAÚJO, Ulisses F. Resolução de conflitos e assembleias escolares. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 31, p. 115-131, Jul./ Dez. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MEDEIROS, Isabel Letícia Pedrosa de. **Sentidos da democracia na escola: um estudo sobre concepções e vivências**. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Marina Rodrigues de. **Autonomia e criatividade em escolas democráticas: outras palavras, outros olhares**. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

PUIG, Josep Maria et al. **Democracia e participação escolar: propostas de atividades**. São Paulo: Moderna, 2000.

PUIG, Josep Maria. ¿Cómo hacer escuelas democráticas? **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 55-69, jul./dez. 2000.

SINGER, Helena. **República de Crianças**: sobre experiências escolares de resistência. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. **Quando a escola é democrática**: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola. Campinas: Mercado das Letras, 2007.